

## Arouca, meu irmão

José Gomes Temporão

**E** então? Veja esta boa surpresa: um livro contando sua trajetória a favor da saúde coletiva no Brasil. É um livro fraterno em que a memória dos movimentos e das lutas sanitárias e políticas de uma geração, a qual você soube tão bem liderar e expressar, é apresentada por seus companheiros de militância, seus amigos, seus familiares. É também polifônico, como dizem seus autores. Neste livro convivem múltiplas vozes, muitas lembranças e importantes projetos que acalentaram nossos sonhos e esperanças de um futuro melhor para a questão da saúde no Brasil. Alguns deles estamos conseguindo tocar para frente, outros nem tanto. Aproveito o momento para colocar você, meu irmão, a par do que anda acontecendo neste pedaço do mundo.

Em 2007, Lula iniciou seu segundo mandato como Presidente da República, articulado numa ampla base política pluripartidária e, mais uma vez, com relevante e crescente apoio das massas populares. As conquistas obtidas durante o seu primeiro mandato – o qual você integrou, e que foi marcado pelo fortalecimento da estabilidade econômica e fiscal, somado à ampliação das políticas de inclusão social – permitiram-no formular o seu atual programa de governo e montar a equipe ministerial em torno de um conjunto estratégico de medidas de crescimento econômico. Essas medidas têm como eixo a distribuição da riqueza gerada, através de uma nova visão do papel do

Estado como indutor do desenvolvimento econômico, organizado em torno do que hoje se chama Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), aliado à ampliação das políticas sociais e ao aprofundamento das iniciativas de alcance social.

Tive a honra de ser convidado pelo presidente a ocupar a pasta do Ministério da Saúde. Aceitei o desafio na perspectiva de, com base nos caminhos da reforma sanitária que você tanto contribuiu, fazer avançar as conquistas do Sistema Único de Saúde (SUS). Em meu discurso de posse, ocorrida no dia 19 de março de 2007, comprometi-me a articular a compreensão dos determinantes da saúde da população brasileira, propondo um conjunto de providências e ações possíveis dentro da governabilidade setorial. Tendo como referência o texto da Constituição Federal de 1988 e caminhando na contracorrente do movimento de desconstrução do Estado de bem-estar social observada nos países centrais, contextualizei que o SUS, em seus 20 anos de existência, é resultado de uma generosa e ambiciosa política que, nos trópicos, soava como uma utopia sanitária. Essa sensação era ainda mais profunda porque, articulada à luta política pelo fortalecimento da democracia em nosso país, caminhou de política setorial avançada à sólida base de construção de um projeto civilizatório, de observação de direitos e responsabilidades de cidadania, absolutamente pertinentes às reivindicações mais prementes e atuais de desenvolvimento da sociedade brasileira.

Destaquei ainda que todos deviam estar cientes de que as grandes questões da saúde pública não se resolveriam apenas com o aperfeiçoamento da assistência aos doentes. O intenso processo de medicalização da vida mascara a perspectiva de que o que mais produz saúde, na maior parte das vezes, está fora da governabilidade do próprio setor de saúde. Referi-me à renda, ao emprego, à habitação, ao saneamento, ao lazer, à cultura, à educação, entre outros. O primeiro relatório da Comissão Nacional dos Determinantes Sociais da Saúde demonstra que, antes de ser biológica, a saúde é uma produção social. Assim, para que a sociedade brasileira alcance melhores níveis de saúde, é imprescindível que o Estado e a sociedade exerçam ações intersetoriais. Assim, propus ao presidente Lula e aos meus colegas de Ministério que os programas sociais incorporassem “condicionalidades sanitárias” para intensificar a redução da pobreza no país.

Reforcei que o processo de reversão do modelo de atenção deveria se iniciar pelo fortalecimento das políticas de promoção da saúde, juntamente com a expansão da estratégia da “Saúde da Família”. Reafirmei que o SUS é uma política de Estado, portanto suprapartidário, cabendo aos governos aperfeiçoá-lo, qualificá-lo, aproximando-o do ideário reformista. O segundo mandato do presidente Lula tem mantido o compromisso de enfrentar esse desafio, ampliando a implantação de propostas inovadoras do seu primeiro mandato, como o Serviço de Atenção Médica

de Urgência (SAMU), a “Farmácia Popular” e o “Brasil Sorridente”, desafiando-nos a melhorar a qualidade da atenção médica, inovar na gestão, melhorando a qualidade do gasto, e dar continuidade ao processo de redução das desigualdades regionais. Estamos trabalhando para que a sociedade brasileira possa se orgulhar de seu sistema de saúde, como acontece na Inglaterra e no Canadá. Este é o desafio maior de nossa geração. Comprometi-me junto à sociedade num conjunto de 22 princípios e propostas.

Com base nesses compromissos, concentramos esforços em torno de uma estratégia denominada “Mais Saúde”, expressa na construção de um projeto de ampla expansão das ações de saúde para atender com maior precisão às necessidades centrais de saúde da população brasileira. Na realidade, o “Mais Saúde” atualiza a agenda do nosso movimento de reforma sanitária para os desafios contemporâneos, constituindo-se em uma reorientação radical dessa política como passo decisivo para que o Estado brasileiro garanta a todos o direito constitucional à saúde.

Ademais, partindo desse novo modelo, o setor de saúde consolidar-se-á como um campo gerador de empregos, renda e divisas, através do esforço de indução do Governo e engajamento da iniciativa privada. O “Mais Saúde” possibilitará a criação de milhões de novos empregos diretos e indiretos, alcançando, em sua plena execução, 12,5 milhões de postos de trabalho.

O Programa, apresentado pelo presidente Lula à sociedade brasileira em dezembro de 2007 permite consolidar a percepção de que a saúde constitui uma frente de expansão que vincula o desenvolvimento econômico ao social. Insere-se, portanto, na perspectiva aberta pelo governo ao lançar a estratégia nacional de desenvolvimento sinalizada pelo PAC. A iniciativa do “Mais Saúde” busca, numa perspectiva mais abrangente, aprofundar e atualizar os grandes objetivos da criação do SUS, num contexto contemporâneo, agregando novos desafios e dimensões para que os objetivos de universalidade, equidade e integralidade possam se concretizar. Com base nesse referencial, o Programa “Mais Saúde” compreende um conjunto de diretrizes estratégicas, discriminadas abaixo:

Avançar na implementação dos princípios constitucionais voltados para a consolidação de um sistema de saúde universal, equânime e integral, mediante um conjunto de ações concretas organizadas em eixos que permitem associar o desenvolvimento econômico e o social, envolvendo tanto o investimento em capital físico quanto nos trabalhadores e profissionais de saúde.

Consolidar as ações de Promoção da Saúde e a Intersetorialidade no centro da estratégia, como decorrência da articulação das ações de saúde com a nova orientação do padrão de desenvolvimento brasileiro, vinculando crescimento, equidade e sustentabilidade com um novo modelo de atenção, centrado na busca de qualidade de vida como uma política nacional e federativa de governo.

Priorizar, em todos os eixos de intervenção, os objetivos e as metas do “Pacto pela Saúde”, na dimensão do “Pacto pela Vida”, a saber: saúde do idoso, saúde mental, saúde do trabalhador e saúde da pessoa portadora de deficiência; controle do câncer de colo de útero e de mama; redução da mortalidade infantil e materna; fortalecimento da capacidade de resposta às emergências de saúde pública de relevância nacional e à ocorrência de doenças, com ênfase em dengue, hanseníase, tuberculose, malária e influenza, além da promoção da saúde e do fortalecimento da atenção básica, tratadas em eixos específicos deste programa.

Aprofundar a estratégia de regionalização, de participação social e de relação federativa, seguindo as diretrizes aprovadas pelo Pacto da Saúde, buscando um aumento decisivo da eficiência sistêmica e organizacional em saúde e retomando o papel central do governo federal na organização de redes integradas e regionalizadas de saúde no território brasileiro.

Fortalecer o complexo produtivo e o de inovação em saúde, permitindo associar o aprofundamento dos objetivos do Sistema Único de Saúde com a transformação necessária da estrutura produtiva do país, tornando-a compatível com um novo padrão de consumo em saúde e com novos padrões tecnológicos adequados às necessidades da saúde.

Dar um expressivo salto na qualidade e na eficiência das unidades produtoras de bens e serviços e de gestão em saúde, no intuito de associar a flexibilidade gerencial ao compromisso com metas de desempenho, mediante a introdução de mecanismos de responsabilização, acompanhamento e avaliação e com uma clara priorização dos profissionais de saúde em termos de qualificação e do estabelecimento de relações adequadas de trabalho.

Equacionar a situação de subfinanciamento do SUS, envolvendo a regulamentação da legislação existente (Emenda Constitucional 29) e a participação adequada e estável da receita pública no financiamento da saúde, de acordo com os preceitos constitucionais que asseguram à população brasileira a atenção universal, integral e equânime.

Em síntese, a estratégia adotada neste programa articula o aprofundamento da reforma sanitária brasileira com um novo padrão de desenvolvimento, comprometido com o crescimento, o bem-estar e a equidade. A melhoria das condições de saúde do cidadão brasileiro constitui o grande objetivo estratégico. Dessa forma, essas medidas e ações contribuem para que o SUS seja definitivamente percebido como um patrimônio da sociedade brasileira.

A marca da sua presença, Arouca, é muito significativa. Descubro-me, muitas vezes, me perguntando: o que Arouca faria nesta situação? Os desafios são muitos e de diferentes matizes: teóricos, políticos e de gestão do SUS. Você bem sabe como são complexas as práticas e tomadas de decisões. Você, como ninguém, pode avaliar as tensões permanentes entre o ideário sanitarista

pelo qual militamos durante tantos anos e as possibilidades reais de construção e implementação de um projeto de saúde coletiva no país. Há questões de todo o tipo e inúmeros aspectos culturais e ideológicos em disputa. Temos que estar a todo o tempo vigilantes defendendo o importante papel do Estado e afirmando a solidariedade e o trabalho conjunto com a sociedade civil. Não são poucos os momentos em que sentimos tremendamente a falta que você nos faz. Mas seguimos confiantes dando continuidade a um trabalho que se fará através das gerações, construindo elos entre diferentes mundos e tempos.

Saravá, irmãozinho!

*José Gomes Temporão*